

**Uma perspectiva para compreender os gêneros discursivos:
a Escola Norte-Americana**

Lucas Piter Alves Costa¹

Por que estudar gêneros? Como estudá-los? Qual a importância que o domínio de seus estudos pode trazer para as análises de discursos, de gêneros e de práticas textuais? É consenso entre alguns analistas do discurso que a compreensão do funcionamento genérico tem sido importante para entender como os discursos se criam, se movimentam e se modificam e, portanto, como os sujeitos interagem socialmente por meio de textos. Em outros termos, saber o que e como são as práticas discursivas de um dado contexto de análise exige saber como as sociedades se organizam por gêneros do discurso. É dessa forma que a problemática dos gêneros tem se formado e se fortalecido no quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso.

O estudo de gêneros tem ainda interessado a diversos segmentos das ciências da linguagem, e isso pode ser justificado pelo fato de que esses segmentos têm observado e compreendido que a sociedade se organiza por meio de textos, ou de *gêneros do discurso*. Diversos autores já se debruçaram sobre esse tema, levantando questões sobre a definição de gênero, sobre a aplicabilidade dessas noções ao ensino e à prática textual como um todo.

Desses autores, interessa-nos focar o sempre retomado Bakhtin (2003), com o seu artigo *Os gêneros do discurso*. Precursor de diversos pressupostos sobre a natureza da linguagem utilizados hoje nas pesquisas linguísticas, Bakhtin foi quem primeiro trouxe para o centro de interesse dessas pesquisas o caráter social e histórico da linguagem, do enunciado, rebatendo os trabalhos de linguística pautados num abstracionismo infértil. Segundo o autor:

O desconhecimento da natureza do enunciado e a relação diferente com as peculiaridades das diversidades de gênero do discurso em qualquer campo da investigação linguística redundam em formalismo e em uma abstração exagerada, deformam a historicidade da investigação, debilitam as relações da língua com a vida. (BAKHTIN, 2003, p. 265).

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Contato: johannlufter@yahoo.com.br

Para entender a complexidade e diversidade que constituem os estudos de gêneros, é benvinda uma abordagem panorâmica que Ramires (2005) faz de cada vertente: a Escola de Bakhtin; a Escola Norte-Americana (Carolyn Miller, John Swales, Charles Bazerman); a Escola de Genebra (Bernard Schneuwly, Joaquim Dolz, Jean-Paul Bronckart). Aqui, no entanto, abordaremos panoramicamente a Escola de Bakhtin – por ser este autor um dos pilares dos estudos discursivos – e a Norte-Americana – uma das perspectivas que o pesquisador da linguagem pode adotar para compreender os gêneros de forma dinâmica na vida social. A Escola Norte-Americana é uma alternativa para tentar responder às três perguntas com que iniciamos este texto, e que, certamente, perpassam os interesses e problemáticas pertinentes a qualquer estudo sobre gêneros na atualidade.

Ramires (2005) vem dizer que não se pode falar em gêneros textuais, ou análise de gêneros, sem mencionar a importante contribuição da obra bakhtiniana, que discute “a problemática dos gêneros textuais em suas formas de *interação nas diversas esferas das atividades sociais*” (RAMIRES, 2005, p. 43. Grifos meus). Desse dito, notamos dois conceitos que fundamentam o entendimento de gêneros na perspectiva de Bakhtin: dialogismo e interação verbal.

O dialogismo é o cerne da teorização de Bakhtin. Partindo desse conceito, podemos compor uma noção de interação verbal, interação essa, obviamente, mediada pelos gêneros do discurso. Para Bakhtin, a linguagem é um processo contínuo, ela não ocorre sozinha, não há possibilidade dela existir de maneira puramente sincrônica, ela é histórica, ela “se situa no interior das relações sociais mantidas pelos indivíduos” (RAMIRES, 2005, p. 43).

A ideia de sujeito social que se instala aí, ou melhor, que pode ser extraída daí é, em essência, atravessada pelas vozes de outros sujeitos. Minimamente, podemos distinguir três processos dialógicos na interação verbal postulada por Bakhtin: do sujeito com outros sujeitos; do discurso com outros discursos; dos sujeitos com discursos. As relações do sujeito com o seu auditório e com a situação social moldam o discurso interior do falante (aqui num sentido amplo). Graças ao tríplice dialogismo bakhtiniano, não parece incoerente afirmar que determinar a interação verbal se faz ao lado da determinação de língua/linguagem, e, de quebra, a determinação de um sujeito agente nessa interação. Ambos são atravessados, são históricos, descentrados, localizados socialmente.

Essas noções vêm de encontro com a noção de gêneros dos discursos que está sendo apresentada aqui, pois reconhecem que enunciados são produtos de atividades humanas, e que refletem as suas *condições* de produção e recepção, ou seja, de interação, e a finalidade dessa interação em uma dada esfera ou campo de atividade humana. Essas condições e finalidades são mutáveis, embora também sejam

regradadas com as diretrizes de cada campo (marcadas pelo seu conteúdo temático, estilo de linguagem, e construção composicional). É por essa razão que Bakhtin (2003) vem afirmar que “cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua [linguagem] elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados” (BAKHTIN, 2003, p. 262).

O pensamento bakhtiniano perpassa toda a teoria moderna de gêneros, de modo que será retomado dialógica e polifonicamente nas colocações seguintes. Cabe ainda retomar que, para Bakhtin (2003), a prática da linguagem pressupõe o Outro como constituinte do sentido. “Cada gênero do discurso em cada campo da comunicação discursiva tem a sua concepção típica de destinatário que o determina como gênero.” (BAKHTIN, 2003, p. 301). Aqui se percebe que um campo de comunicação pode ser associado a uma situação retórica no sentido de que é o interlocutor que determina o modo de produção do discurso, mesmo que esse interlocutor não esteja presente, em uma dada situação.

Em meados dos anos 1980, Miller (2009) levantava uma tese que se voltava às determinações retóricas de Aristóteles, que eram deficientes. As visões de gênero até então não levavam em conta o caráter social, pois eram muito classificatórias. Miller (2009) inicia sua obra – *Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia* – retomando os postulados de Aristóteles sobre gêneros, e chegando à afirmação de que em “cada um dos três tipos de retórica que Aristóteles descreveu – o deliberativo, o jurídico e o epidíctico – encontramos uma fusão de forma e substância baseada na situação” (MILLER, 2009, p. 24). Essa conclusão permitiu a autora desenvolver seus trabalhos considerando gênero como ação social, pois as ações humanas só podem ser interpretadas devidamente quando lhes são atribuídas intenções dentro de um contexto situacional. Ou seja, são históricas, marcadas no tempo e no espaço, e voltadas a um público específico. Por ser enquadrado em uma situação retórica, o importante para Miller (2009) não é classificar ou nomear um gênero, e sim saber como ele funciona.

Para resumir o vasto pensamento da autora, os gêneros são convenções discursivas, situadas e contextualizadas socialmente, que atendem às necessidades e motivações de um campo comunicativo. A forma de um gênero reflete as convenções de discurso de uma sociedade, mais ou menos recorrentes, e a autora prevê que essa forma pode mudar junto com a sociedade, em *ações conjuntas*.

Outro pilar da Escola Norte-Americana é Swales. Na mesma esteira que Miller (2009), de considerar aspectos sociais e situacionais na compreensão de um gênero, Askehave e Swales (2009) afirmam que a partir dos anos 80, a definição de gêneros tem sido mais bem definida como “entidades orientadas para objetivos ou propósitos.” (p. 221). Essa é uma das noções centrais do arcabouço swalesiano: o propósito comunicativo. O propósito é um aspecto importante que tem levado a

categorização de gêneros a se dar de acordo com as tarefas específicas para as quais são usados para realizá-las. Os gêneros realizam tarefas, e, portanto, não têm propósitos comunicativos únicos. Eles podem ter vários.

Os últimos avanços nos estudos de gêneros não têm surgido por *formas inovadoras de categorização*, mas da percepção que se tem adquirido dos *papeis dos discursos na contemporaneidade*. Askehave e Swales (2009) afirmam que o desenvolvimento dos estudos de gêneros a partir dos anos 80 resultou que o “‘propósito comunicativo’ assumiu um status de certeza absoluta, um ponto de partida conveniente, mas subestimado pelos analistas.” (ASKEHAVE; SWALES, 2009, p. 223). Como o propósito comunicativo é critério para definir se um texto é ou não um certo gênero?

Uma questão importante que Askehave e Swales (2009) levantam sobre o propósito comunicativo diz respeito à sua importância como critério de definição privilegiado dos gêneros, uma vez que tal propósito só pode ser extraído depois de um longo trabalho de pesquisa. Afinal, um gênero abrange diversos eventos comunicativos (ele é situado sócio-historicamente, e estabelece ligações com outras práticas comunicativas). Esses eventos levam os membros participantes a compartilharem propósitos comunicativos. Um propósito comunicativo constitui o fundamento lógico de um gênero. “Esse fundamento modela a estrutura esquemática do discurso e influencia e restringe as escolhas de conteúdo e estilo.” (ASKEHAVE; SWALES, 2009, p. 224).

Dos três autores da Escola Norte-Americana, Bazerman (2005) é o que mais se aproxima da resposta às perguntas que fizemos. Sua abordagem tende a ser mais operacional e se pauta em conceitos como fatos sociais, atos de fala, gêneros, sistemas de gêneros e sistemas de atividades, para apreender “como as pessoas criam novas realidades de significação, relações e conhecimento, fazendo uso de textos.” (BAZERMAN, 2005, p. 19).

O autor se destaca pela sua didatização dos conceitos por meio de estruturas narrativas e descritivas em seu texto. Elenca uma série de eventos, que produzem diversos textos e fatos sociais, para exemplificar como o modo de produção textual e o ambiente social são inerentes um ao outro. Numa sequência de eventos, sobretudo burocráticos, são produzidos diversos textos e, portanto, diversos fatos sociais. O autor, então, afirma que nesse “ciclo de textos e atividades, vemos sistemas organizacionais bem articulados dentro dos quais tipos específicos de textos circulam por caminhos previsíveis, com consequências familiares e de fácil compreensão” (BAZERMAN, 2005, p. 21), ou seja, com recorrências no modo de produção e recepção textual.

Com o conceito de fatos sociais, o autor define aquilo que as pessoas acreditam que ocorrem, as verdades estabelecidas e aceitas por uma comunidade. Eles afetam os enunciados produzidos, pois são sedimentados socialmente, de modo que ir contra a um fato social pode incorrer em problemas para quem o faz.

A perspectiva de Bazerman (2005) para o conceito de fato social traz ainda uma nova forma de compreender o processo de intertextualidade. Segundo o autor, a intertextualidade:

[...] frequentemente procura criar uma compreensão compartilhada sobre o que foi dito anteriormente e a situação atual como se apresenta. Isto é, as referências intertextuais tentam estabelecer os fatos sociais sobre os quais o escritor tenta fazer uma nova afirmação. (BAZERMAN, 2005, p. 25).

A ideia de que um texto retoma outro texto, na perspectiva de Bazerman (2005), vai muito além das marcas textuais. Em outras palavras, trata-se de afirmar que, num sistema de atividades humanas mais ou menos complexo, um texto suscita outro texto, formando uma cadeia obrigatória para o funcionamento desse sistema. “Cada texto bem sucedido cria para seus leitores um *fato social*. Os fatos sociais consistem em ações sociais significativas realizadas pela linguagem, ou *atos de fala*. Esses atos são realizados através de [...] *gêneros*...” (BAZERMAN, 2005, p. 22).

Atrelada à noção de fato social, Bazerman (2005) traz a de atos de fala, retirada de Austin, para mostrar como as ações realizadas pelos sujeitos precisam estar ancoradas em situações propícias para o seu sucesso. Os atos de fala são organizados de modo mais ou menos típico, e são reconhecíveis pelos seus participantes. Posto isso, chegamos a concluir com o autor que gêneros são formas tipificadas de agir que se organizam em sistemas hierárquicos.

Bathia (2009) sintetiza muito bem o pensamento da Escola Norte-Americana ao dizer que uma “boa e adequada compreensão da situação retórica típica leva à identificação do(s) propósito(s) comunicativo(s) mutuamente compartilhado(s) por participantes tipicamente associados a uma comunidade discursiva em particular.” (BATHIA, 2009, p.161).

É evidente que a apresentação da Escola Norte-Americana não se reduz ao que foi dito aqui. De Miller (2009), não explicamos as teorias hierárquicas de sentido, em que a autora sintetiza diversos postulados para mostrar que os significados se organizam em níveis, que podem variar de cultura para cultura, segundo as tipificações disponíveis. Também não retomamos um trabalho de Swales (2009) em que ele faz retificações sobre o seu arcabouço com base em pressupostos bakhtianos para repensar a

noção de comunidade discursiva – conceito importante em seu trabalho. Nem abordamos de Bazerman (2005) as questões e proposições metodológicas para se trabalhar com gêneros – pontos que tocam no cerne daquela necessidade dos estudiosos da linguagem em categorizar os textos. Isso sem falar na imensurável contribuição conceitual de base de M. Bakhtin (2003).

Mas podemos concluir que estudar gêneros é levar em consideração que eles são convencioneados, e, portanto, situados socialmente, por onde se embasa a convenção. Mas ao mesmo tempo, essa convenção pode sofrer mudanças, pois é preciso que o gênero atenda às necessidades de uma comunidade discursiva, logo, os gêneros são renováveis. As definições de gêneros têm levado isso em conta e contribuído para a compreensão das formas de agir socialmente instituídas, que são, em sentido amplo, relações de poder. E o ensino é uma delas.

Referências

- ASKEHAVE, I.; SWALES, M. J. Identificação de gênero e propósito comunicativo: um problema e uma possível solução. In: BEZERRA, B. G.; BIASI-RODRIGUES, B.; CAVALCANTE, M. M. (Orgs.). *Gêneros e sequencias textuais*. Recife: Edupe, 2009, p. 221-247.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Introdução e tradução do russo Paulo Bezerra. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 261-306.
- BATHIA, V. K. A análise de gêneros hoje. In: BEZERRA, B. G.; BIASI-RODRIGUES, B.; CAVALCANTE, M. M. (Orgs.). *Gêneros e sequencias textuais*. Recife: Edupe, 2009, p. 159-195.
- BAZERMAN, C. Atos de fala, gêneros textuais e sistemas de atividades: como os textos organizam atividades e pessoas. In: BAZERMAN, C. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. Trad. Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2005, p. 19-46.
- MILLER, C. R. Gênero como ação social. In: MILLER, C. R. *Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia*. Recife: PPGL-UFPE, 2009, p. 21-44.
- MILLER, C. R. Comunidade retórica: a base cultural dos gêneros. In: MILLER, C. R. *Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia*. Recife: PPGL-UFPE, 2009, p. 45-58.
- RAMIRES, V. Panorama dos estudos sobre gêneros textuais. *Investigações*. Vol. 18. N.2, julho, 2005, p. 39-67.
- SWALES, M. J. Repensando gêneros: nova abordagem ao conceito de comunidade discursiva. In: BEZERRA, B. G.; BIASI-RODRIGUES, B.; CAVALCANTE, M. M. (Orgs.). *Gêneros e sequencias textuais*. Recife: Edupe, 2009, p. 197-220.